

SINDICATO DOCENTE E TRANSFORMISMO: UMA ANÁLISE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS EM EDUCAÇÃO DE PERNAMBUCO – SINTEPE

TEACHERS' UNION AND TRANSFORMISM: AN ANALYSIS OF THE PERNAMBUCO EDUCATION WORKERS' UNION – SINTEPE

 <https://doi.org/10.63330/armv1n6-017>

Submetido em: 20/08/2025 e Publicado em: 25/08/2025

Tuca Henrique Verçosa Carneiro de Andrade

Mestre em educação pela UFPE.

E-mail: tuca.henrique@ufpe.br

RESUMO

O presente trabalho busca analisar a partir das categorias gramscianas o Sindicato dos Trabalhadores e das trabalhadoras em Educação de Pernambuco – SINTEPE, partindo de entrevistas com docentes filiados e não filiados ao sindicato buscaremos entender, à luz do conceito de transformismo, como o SINTEPE tem realizado a sua luta sindical no estado de Pernambuco. Partimos do pressuposto que o neoliberalismo busca constantemente a destruição dos sindicatos e que essa força tem impactos na forma como estes se organizam e mobilizam seus membros.

Palavras-chave Sindicato; Transformismo; Gramsci; SINTEPE; Neoliberalismo.

ABSTRACT

This paper seeks to analyze the Pernambuco Education Workers' Union (SINTEPE) using Gramscian categories. Based on interviews with both union-affiliated and non-union teachers, we will seek to understand, considering the concept of transformism, how SINTEPE has carried out its union struggle in the state of Pernambuco. We assume that neoliberalism constantly seeks to destroy unions and that this force impacts how they organize and mobilize their members.

Keywords: Union; Transformism; Gramsci; SINTEPE; Neoliberalismo.



1 INTRODUÇÃO

A crise do chamado Estado de Bem-Estar Social inaugurou um novo momento do sistema capitalista, em que o desenvolvimento econômico não necessitaria andar de mãos dadas com a democracia. Surge, nesse contexto, o neoliberalismo como uma maneira de manter a taxa de lucro das grandes empresas e converter os direitos conquistados em mercadorias.

Esse processo de elevação da taxa de lucro não poderia se dar apenas na frente da abertura de novos mercados, mas precisava ocorrer também no aumento desmedido da exploração da classe trabalhadora, para tal existia um inimigo que precisava ser combatido: o sindicato.

Uma das características do neoliberalismo é, nesses termos, o ataque aos sindicatos, buscando quebrar a espinha dorsal da resistência dos trabalhadores e trabalhadoras. A disputa pelo sindicato não se trata apenas de destruir o mesmo, mas também de provocar modificações moleculares, fazendo que os sindicatos lutem segundo a cartilha da burguesia.

Nesse sentido, optamos por analisar Sindicato dos Trabalhadores e das trabalhadoras em Educação de Pernambuco – SINTEPE por entender que os/as docentes foram um dos primeiros grupos de trabalhadores e trabalhadoras públicos a lutarem por seus direitos durante o período da ditadura civil empresarial militar no Brasil.

O presente trabalho busca, portanto, entender como o SINTEPE tem realizado a sua luta sindical no estado de Pernambuco. Para tal, partimos de entrevistas com professores e professoras, filiados e não filiados ao sindicato, como forma de coleta de dados.

2 SINDICALISMO E TRANSFORMISMO

Segundo Perry Anderson um dos objetivos do neoliberalismo, enquanto fenômeno político, social e econômico, consiste no desmantelamento das organizações sindicais (1995) como forma de enfraquecer a luta da classe trabalhadora por direitos. Nesse sentido, o ataque neoliberal ao sindicalismo está no contexto de contrarreforma produzido pela reorganização da produção em escala mundial, com o aumento da exploração do trabalho e a retirada de direitos.

Esse processo de desmantelamento do sindicato anda de mãos dadas seja com a desregulamentação das relações de trabalho, num esforço legal, portanto dentro do Estado, para enfraquecer a estrutura sindical; seja com o esfacelamento da concepção de classe social, uma vez que a pós-modernidade neoliberal propaga a existência de uma individualidade que não caberia em recortes, ditos engessados, de classe social.

O ataque ao sindicalismo se relaciona à natureza própria da organização sindical, pois ela é a alavanca que busca impulsionar a classe trabalhadora contra a expropriação capitalista (MARX, 2008), buscando proteger essa classe da tirania da burguesia (ENGELS, 2010). É importante, porém, salientarmos



que a ação sindical só será efetiva e em prol da classe trabalhadora se ela estiver direcionada para as finalidades objetivadas pela classe trabalhadora.

Não queremos afirmar que a ação sindical será o primeiro passo para a revolução, até porque o sindicato surgiu no Capitalismo, fruto desse sistema, e só faz sentido nele. Mas observamos no nosso horizonte teórico que o sindicalismo pode ser um primeiro movimento de conscientização e luta coletiva em prol de uma sociedade mais justa. No entanto, as classes dominantes agem para minar a ação do sindicato seja de forma exterior, com o dismantelamento neoliberal, seja interiormente, como o que Gramsci (2024) chamou de transformismo.

É o fenômeno do transformismo que buscaremos entender como marco teórico para a compreensão do sindicato dos trabalhadores e das trabalhadoras em educação do estado de Pernambuco (SINTEPE). O próprio Gramsci reconhece a importância do sindicato como impulsionador de ideias na sociedade, apontando essa capacidade como uma das causas da intervenção da classe dominante no sindicato.

Os organismos que [podem] impedir ou limitar este boom da opinião pública mais que os partidos são os sindicatos profissionais livres, e disso nasce a luta contra os sindicatos livres e a tendência a submetê-los ao controle estatal: todavia, a parte não organizável da opinião pública (especialmente as mulheres, onde existe o voto das mulheres) é de tal modo grande a ponto de tornar sempre possível os booms e os golpes eleitorais onde a imprensa amarela é muito difundida e muito difundido é o rádio (em monopólio controlado pelo governo) (GRAMSCI, 2024, p. 1004-1005).

A classe dominante só se torna classe dirigente quando tem a capacidade de orientar a narrativa para o seu benefício, de forma que essa narrativa orientada seja de tal modo disseminada e assimilada pelas classes subalternas. Esse processo acarretaria o esfriamento da luta de classes, pois os subalternos aceitariam a sua subalternidade. Observamos essa tendência, no que diz respeito à educação, nas teorias não críticas da educação (SAVIANI, 2018) que disseminam uma concepção de escola descolada da realidade e das contradições sociais.

Nesses termos, o discurso da burguesia pode penetrar nas diversas instâncias da sociedade, inclusive no sindicato, e iniciar um processo de acomodação entre ideias irremediavelmente opostas, por exemplo, emancipação da classe trabalhadora e manutenção do aparato político e social do Capitalismo. Tratando o transformismo, esclarece Gramsci que “o assim chamado ‘transformismo’ é ligado a este fato: o Partido de Ação é incorporado molecularmente pelos moderados e as massas são decapitadas, não absorvidas no âmbito do novo Estado” (2014, p. 47).

Ora, temos, portanto, que o transformismo consiste na castração da capacidade do sindicato de propor e agir de forma combativa e lúcida contra a exploração da classe trabalhadora. É interessante notar que o autor aponta para uma tomada dos “moderados”, o que indica, ao nosso ver, um sindicato que está cooptado pelos membros do poder que ocupam o Estado.



A existência do sindicato em si não garante que os seus membros terão poder de interferir nas decisões políticas ou terão condições de construir uma correlação de forças capaz de inverter o jogo em prol da classe trabalhadora. Essa relação de forças não é estática, está constantemente em movimento e pode, nesses termos, mudar a depender das circunstâncias.

Gramsci divide a relação em forças em três momentos, o primeiro consiste na relação de forças sociais que se relacionam com a estrutura objetiva, que o autor define nos seguintes termos

Com base no grau de desenvolvimento das forças materiais de produção têm-se os agrupamentos sociais, cada um dos quais representa uma função e tem uma posição determinada na própria produção. Esta relação é o que é, uma realidade rebelde: ninguém pode modificar o número das empresas e de seus empregados, o número das cidades com sua dada população urbana etc. Este alinhamento fundamental permite estudar se na sociedade existem as condições necessárias e suficientes para a sua transformação, isto é, se permite verificar o grau de realismo e de viabilidade das diversas ideologias que nasceram em seu próprio terreno, no terreno das contradições que ele gerou durante seu desenvolvimento (GRAMSCI, 2024, p. 1693).

Já o segundo consiste em observar as forças políticas que estão agindo na sociedade, para Gramsci, nesse momento, ocorre “a avaliação do grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização alcançado pelos vários grupos sociais” (2024, p. 1693). Nesse ponto, o autor sardo passa a observar como esse momento da relação de forças políticas pode ser observado, ele aponta alguns momentos, o primeiro, considerado o mais elementar é o econômico-corporativo; seguido pelo momento político jurídico; sucedido pelo momento ético-político.

O primeiro momento é exemplificado pelo próprio Gramsci ao dizer que nesse momento

um comerciante sente que deve ser solidário com um outro comerciante, um fabricante com um outro fabricante etc., mas o comerciante não se sente ainda solidário com o fabricante; isto é, sente-se a unidade homogênea e o dever de organizá-la, do grupo profissional, mas não ainda a unidade do grupo social mais amplo (2024, p. 1693).

Já o segundo momento

é aquele em que se atinge a consciência da solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social, mas ainda no campo meramente econômico. Já neste momento se coloca a questão do Estado, mas apenas no terreno da obtenção de uma igualdade político-jurídica com os grupos dominantes, por isso se reivindica o direito de participar da legislação e da administração e mesmo de modificá-las, de reformá-las, mas nos quadros fundamentais existentes (GRAMSCI, 2024, p. 1694).

Por fim ele lança as características do momento organizativo mais complexo que é caracterizado



é aquele em que se adquire a consciência de que os próprios interesses corporativos, no seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo, de grupo meramente econômico; e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados. [...] é a fase em que as ideologias geradas anteriormente se transformam em “partido”, entram em confronto e lutam até que uma delas, ou pelo menos uma única combinação delas, tenda a prevalecer, a se impor, a difundir-se por toda a área social, determinando além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral, pondo todas as questões em torno das quais ferve a luta, e não só no plano corporativo, mas também no plano “universal”, criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados. (GRAMSCI, 2024, p. 1693 – 1694).

Ora, nesse terceiro momento a ação alcançaria um nível de catarse, que o nosso autor aponta como

Pode-se empregar o termo “catarse” para indicar a passagem do momento meramente econômico (ou egoístico-passional) ao momento ético-político, isto é, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. Isto significa, também, a passagem do “objetivo ao subjetivo” e da “necessidade à liberdade”(GRAMSCI, 2024, p. 1358).

Sendo assim, estão dadas as condições para avançar a luta da classe trabalhadora, afinal é no “princípio ético-político em torno do qual se verifica a unidade social para o progresso da civilização” (GRAMSCI, 2024, p. 1178).

A relação de forças teria ainda um terceiro momento, chamado de momento militar (GRAMSCI, 2024) que o autor divide em dois, a saber: o estritamente militar e o política militar. No que tange ao entendimento dos sindicatos vamos nos ater à análise das forças políticas e dos mecanismos políticos de controle e subordinação. O transformismo não se dá por meio de uma ação militar, mas é um fenômeno político que busca impedir o desenvolvimento político das instituições que podem, potencialmente, por em risco a hegemonia da classe dominante.

A existência do próprio sindicato já é, em si, movimento de reinvenção das classes subalternas em busca de certo grau de autonomia, uma vez que

O Estado moderno substitui o bloco mecânico dos grupos sociais por uma subordinação destes à hegemonia ativa do grupo dirigente e dominante; portanto, abole algumas autonomias, que, no entanto, renascem sob outra forma, como partidos, sindicatos, associações de cultura. As ditaduras contemporâneas abolem legalmente até mesmo essas novas formas de autonomia e se esforçam por incorporá-las à atividade estatal: a centralização legal de toda a vida nacional nas mãos do grupo dominante se torna “totalitária” (GRAMSCI, 2024, p. 2393).

É nesse esquema que a face totalitária do neoliberalismo surge, no ataque ao sindicato como mecanismo de centralização da vida. Se recorrermos à escola de Frankfurt, na dialética do esclarecimento, a categoria “organização administrada” (ADORNO E HORKHEIMER, 1985, p. 134) parece-nos frutífera. Afinal, o neoliberalismo busca tornar indiferenciada todas as circunstâncias da vida, num claro movimento de ataque à formas de organização e pensamento autônoma.



A incorporação do sindicato ao Estado, num movimento que podemos chamar de peleguismo, pode ser entendida nos seguintes termos

O sindicalismo de Estado marcou o primeiro passo rumo ao corporativismo; hoje é necessário colocar o problema da superação definitiva de uma forma social demasiado vinculada ainda ao passado e, portanto, em algum modo, limitadora da originalidade do fascismo. O sindicalismo é expressão do classismo; com o sindicato de Estado, as classes foram colocadas ao mesmo nível e impulsionadas a uma maior colaboração espiritual, mas somente com a corporação o classismo será superado seriamente, e assim mesmo, o princípio da arbitrária concorrência (liberalismo) e da luta materialista (socialismo) (GRAMSCI, 2024, p.1932).

Voltando à ideia de transformismo, o autor sardo indica que “a direção política se torna um aspecto do domínio, na medida em que a absorção das elites das classes inimigas leva à decapitação destas últimas e à sua impotência” (GRAMSCI, 2024, p. 52) e segue afirmando que

transformismo “molecular”, ou seja, as diversas personalidades políticas elaboradas pelos partidos democráticos de oposição se incorporam individualmente na “classe política” conservadora- - moderada (caraterizada pela aversão a toda intervenção das massas populares na vida estatal, a toda reforma orgânica que substituísse uma “hegemonia” ao bruto “domínio” ditatorial) (GRAMSCI, 2024, p.1040).

Nesses termos, o transformismo significa a indisposição do sindicato em realizar um projeto ético-político, baseado em discussões que superem a estrutura capitalista. O transformismo está relacionado ao sindicalismo baseado em debates e ações que apontam para um horizonte de manutenção da exploração dos direitos.

Ainda que pensássemos em termos não revolucionários, o transformismo estaria ligado à limitação, tanto em superfície quanto em profundidade da luta realizada pelos sindicatos. A limitação estaria em conformar o movimento sindical ao que é permitido pela classe dominante, num movimento de esvaziamento da luta sindical.

Se pensarmos no neoliberalismo como uma contrarreforma, podemos desdobrar o transformismo sindical na aceitação passiva, ou com falsas mobilizações, da mera manutenção dos direitos já conquistados, ou na aceitação da retirada de alguns direitos como condição para a manutenção.

A questão é, portanto, de moderação, o sindicato é tomado pelos moderados que disseminam um discurso altamente conciliatório. A conciliação, nesses termos, busca realizar a manutenção da estrutura social, política e, principalmente, econômica. Gramsci aponta categoricamente que “assim chamado ‘transformismo’ não é mais do que a expressão parlamentar do fato de que o Partido de Ação é incorporado molecularmente pelos moderados e as massas populares são assim decapitadas, não absorvidas no âmbito do novo Estado (2024, p. 1934).

O autor sardo aponta que o transformismo ocorre em momentos diferentes, sendo o primeiro deles



o transformismo de inteiros grupos radicais que passam para o campo moderado (o primeiro acontecimento é a formação do Partido nacionalista com os grupos ex-sindicalistas e anárquicos, que culmina na guerra líbica, num primeiro momento, e no intervencionismo, em um segundo tempo) (GRAMSCI, 2024, p. 1040).

A elevação da luta sindical pode ser entendida como um movimento de oposição ao transformismo

Um ponto de referência para o estudo do economicismo e para compreender as relações entre estrutura e superestruturas aquela passagem da Miséria da filosofia onde se diz que uma fase importante no desenvolvimento de um grupo social é aquela em que os indivíduos que compõem um sindicato não lutam mais apenas pelos seus interesses econômicos, mas pela defesa e o desenvolvimento da própria organização (GRAMSCI, 2024, p. 1701).

Se o transformismo consiste em amenizar a luta sindical buscando criar um clima de conciliação seria interessante, para a classe dominante, que o sindicato se detivesse apenas em questões pontuais, que girassem em torno dos interesses econômico e corporativos, se furtando, nesse caso, de realizar o debate e a mobilização das massas sobre temas que sensíveis para a estrutura de classes da sociedade. A não mobilização ou o ato de furta-se à formação da classe trabalhadora apresenta, ao nosso ver, um movimento de transformismo.

3 ANÁLISE HISTÓRICA DO SINTEPE

O sindicato dos trabalhadores e das trabalhadoras em educação de Pernambuco foi gerado da união entre Associação dos Orientadores Educacionais de Pernambuco (AOEPE) e Associação dos Supervisores do Estado de Pernambuco (ASSUEPE) e Associação dos Professores do Ensino Oficial de Pernambuco (APENOPE), tendo como principal objetivo na atualidade a luta dos/das docentes de Pernambuco por salários, condições dignas de trabalho buscando a superação das desigualdades educacionais¹.

As associações que formariam posteriormente o sindicato ganharam fôlego na luta contra o regime militar nas décadas de 1970 e 1980, forjando, nesse momento, uma identidade de luta nos e nas docentes pernambucanos/as bem como nos demais trabalhadores e trabalhadoras em educação (DA SILVA, 2014). As movimentações dos e das docentes colocaram-nos como exemplos de ação para todo o funcionalismo público que, naquele momento, ainda não estava articulado numa luta em busca de direitos.

Da Silva (2014) e Cavalcante (2012) partem de uma análise que permite que compreendamos que o SINTEPE foi fruto de um processo de consolidação de uma identidade docente forjada nas lutas históricas que foram travadas principalmente na década de 1980, num contexto de luta contra a ditadura civil empresarial militar e de luta por direitos na redemocratização.

¹ Texto completo disponível no site do SINTEPE, em: < <https://sintepe.org.br/> >.



A luta dos professores e das professoras se deu inclusive contra os aparelhos privados de hegemonia, em especial os jornais reacionários como o jornal do Commercio. Essas lutas possibilitaram um processo de reconhecimento de classe entre os/as profissionais em educação e desprende os docentes da ideia de sacerdócio que inviabilizava a luta pela profissionalização.

Da Silva (2014) apresenta a APENOPE como uma associação de viés peleguista, ou seja, mais preocupado em atender as demandas da classe patronal, no caso o estado de Pernambuco, do que dos docentes. O sindicato surgiria, nesse contexto, como um movimento de superação desse peleguismo da associação, sendo uma ferramenta na luta tanto dos/das docentes por direitos, quanto de uma luta mais ampla pela democratização da educação e da sociedade brasileiras.

O sindicato emerge das aprendizagens dos docentes com as diversas disputas travadas tanto com o governo do Estado como contra os aparelhos privados de hegemonia. Nesse sentido, o SINTEPE é fruto de luta histórica dos trabalhadores e das trabalhadoras em educação, sendo instrumento na luta por valorização profissional e por uma educação de qualidade.

Perry Anderson afirma que

Economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos de seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminando a simples ideia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se às suas normas (1995, p. 10-11).

É nesse ponto que mora, ao nosso ver, uma das limitações atuais do SINTEPE, ao focar excessivamente nas questões ligadas ao piso salarial do magistério e se privar a fazer um debate mais amplo o sindicato acaba por permanecer, em termos gramscianos, no ideário econômico-corporativo, inviabilizando quaisquer discussões que elevem o debate para o plano ético-político.

Ora, o sindicato permanece no debate sobre o salário e as condições materiais de trabalho dos professores e das professoras, mas não se aprofunda nesse debate. Quando há uma ação é em defesa de ideias sociais democráticas, alinhada à partidos de centro-esquerda, ou seja, o sindicato está do lado da moderação e da conciliação. O SINTEPE surgiu num contexto de lutas contra o autoritarismo da ditadura civil empresarial militar, mas se priva a realizar um debate profundo sobre o autoritarismo neoliberal. A social-democracia pode ser entendida como a ala à esquerda do Fascismo, nesses termos, aderir ao projeto social-democrata é abrir espaço para a disseminação do fascismo na sociedade.

A naturalização do economicismo na educação e a busca constante por conciliação de irreconciliáveis gera as condições para que o sindicato perca sua capacidade de mobilização e luta no plano



ético-político. A superficialidade da luta sindical cria nos docentes o sentimento de orfandade, que, por sua vez, serve para afastar os docentes da luta consistente por direitos.

3.1 AS ENTREVISTAS

O presente trabalho entrevistou 58 professores e professoras de escolas públicas estaduais do estado de Pernambuco, destes os sindicalizados somaram 37,93% no total de 22 professores e os não sindicalizados somaram 62,07% no total de 36 professores. Esse primeiro dado nos revela um afastamento dos professores e das professoras do estado de Pernambuco do sindicato, a nossa hipótese é que esse afastamento se dá por que os/as docentes não se sentem representados pelo SINTEPE.

Os docentes foram perguntados e perguntadas sobre: a importância do sindicato para a luta dos trabalhadores em educação? Quais os pontos fortes e fracos do sindicato? Em caso de desfiliação ou não filiação, o que motivou tal ação? Como você vê a ação do sindicato em relação aos direitos dos profissionais em educação?

Essa não representação está relacionada, na nossa hipótese, a um movimento de transformismo que o sindicato sofreu a partir do governo de Eduardo Campos, governador de Pernambuco de 2007 a 2014. Essa relação fortaleceu e foi fortalecida pela proximidade do sindicato com o Partido dos Trabalhadores, aliado do PSB, partido do então governador. Nesses termos, o sindicato se converteu em parte do governo, gerando o afastamento dos docentes, como afirma a resposta abaixo

eu me desfiliei em 2013 quando eu via que o sindicato era só de faz de conta [SIC] a gente era marionete nas mãos do sindicato que só fazia o que o governo queria, as críticas que eram feitas dava vergonha, era um medo de bater de frente, de dizer a verdade, de sair e conquistar alguma coisa para os professores, então não faz sentido ficar no sindicato de faz de conta, se é para andar sozinha eu economizo 1% do meu salário todo mês (DOCENTE BIOLOGIA).

A fala aponta para um movimento de desilusão com o sindicato, fruto de frustrações com uma luta tomada como parcial. Podemos perceber na fala um entendimento que o sindicato age num consenso ativo, para Gramsci esse tipo de consenso “pressupõe uma certa colaboração, isto é, um consenso ativo e voluntário (livre), ou seja, um regime democrático-liberal (2024, p. 770)”, sendo assim “quais a classe dominante não só justifica e mantém seu domínio, mas consegue obter o consenso ativo dos governados (2024, p. 1933)”.

Entre os filiados existe uma perspectiva de insatisfação até com a luta que o sindicato trava no campo corporativo-econômico, uma vez que



O sindicato fica preocupado em fazer mídia, mas é só demagogia, basta olhar para o piso salarial de Pernambuco, é menor que o de estados vizinhos que são muito mais pobres, como a Paraíba. Então, até a valorização profissional é difícil aqui, mas toda vez que tem uma caminhada sobre direitos das mulheres, direitos humanos e num sei o que lá [SIC] pode procurar a bandeira do sindicato junto da de partidos políticos (DOCENTE SOCIOLOGIA).

A fala indica uma insatisfação com a inação do sindicato na luta por melhores condições para a categoria que representa, indicando que o sindicato está muito mais envolvido em questões relativas a partidos políticos. Ora, a luta política deveria ser uma das metas do sindicato, mas é fundamental que ocorra a partir de uma formação política das bases, sob risco de um sentimento de abandono que acabe por repelir os trabalhadores.

Nesses termos, a luta ético-política depende de uma formação anterior da própria classe trabalhadora que, ao nosso ver, deve partir do próprio sindicato. Não há possibilidade de atingir a luta ético-política se o sindicato se privar do papel de formação continuada, local de debate e de abertura do horizonte político. Não estamos pondo nas costas do sindicato um salvacionismo, não se trata disto, mas apontamos que a luta da classe trabalhadora exige a formação de intelectuais orgânicos, pois

Uma das características mais marcantes de todo grupo que se desenvolve rumo ao domínio é sua luta pela assimilação e pela conquista “ideológica” dos intelectuais tradicionais, assimilação e conquista que é tanto mais rápida e eficaz, quanto mais o grupo em questão elabora simultaneamente os próprios intelectuais orgânicos (GRAMSCI, 2024, p. 1627).

Seria assim, o sindicato como o partido político que “para alguns grupos sociais o partido político nada mais é do que o modo próprio de elaborar sua própria categoria de intelectuais orgânicos” (GRAMSCI, 2024, p. 1632) e a partir desses intelectuais “as massas instrumentais, ao menos através dos seus próprios intelectuais orgânicos, exercem uma influência sobre os técnicos (GRAMSCI, 2024, p.542). Ora, são os técnicos que operam a política, então exercer influência sobre eles é um mecanismo de luta pela hegemonia.

O que podemos observar, nesse sentido, é a importância da formação de base dos trabalhadores e trabalhadoras, seja para produzir seus intelectuais orgânicos, seja para alinhar as bases numa formação mais ampla que apresentaria a importância de superação da disputa econômico-corporativo para a ético-política. Ora, essa última fase exige uma proposta concreta e viável para o socialismo, não apenas demagogia.

No caso do SINTEPE as críticas de docentes, filiados e não filiados, apontam inclusive para uma luta “morna” no campo econômico-corporativo, como exemplificam as falas abaixo



A questão é que não representa os professores, não mesmo, só aparecem uma vez por ano para a campanha salarial, aqui em Pernambuco a gente já recebe o piso, então a lei diz que temos que ter aumento, passamos mais de 20 anos sem progredir na carreira, o sindicato não mobilizou nada, agora quando o governo diz que vai fazer as progressões o sindicato chega e diz que foi fruto da luta sindical, é só enganação. (DOCENTE MATEMÁTICA)

Olha, nesse governo de agora até que tá [SIC] melhor, o sindicato quem conseguiu mais coisas e tem sido mais combativo, mas quando era o PSB o sindicato tava [SIC] dentro da máquina pública, então a gente sabia que era o que o governador queria e ponto final, as assembleias era mais para fazer zuada [SIC] mesmo (DOCENTE LÍNGUA INGLESA).

As falas dos dois docentes evidenciam que o sindicato parece não perseguir nem mesmo o interesse econômico da categoria, fala que converge com a do docente de sociologia que analisamos anteriormente. Nesses termos, a luta econômica pode ser o primeiro passo para a formação do trabalhador, pois “nem sempre o economicismo é contrário à ação [política] e ao partido político, que é, porém, considerado como organismo educativo de tipo sindical” (GRAMSCI, 2024, p. 520).

Na fala de uma docente não sindicalizada podemos observar outras questões relevantes, ao dizer que

O sindicato só quer o dinheiro da gente, aí aparece nas fotos da assembleia um monte de professores, mas se você for para a assembleia e falar alguma coisa que o pessoal que tá [SIC] a frente do sindicato discorda, ou fazer uma crítica, aparece logo um bocado de cão de guarda para desmoralizar você, então eu vejo tudo aquilo como fachada mesmo (Docente Geografia).

A construção das condições para o debate a nível ético-político exigiria da direção sindical espaço de escuta e de discordância, seja das ações tomadas, seja dos objetivos propostos. A formação não se dá com os intelectuais orgânicos que dirigem o sindicato, mas sim com toda a categoria que é formada por intelectuais, pois, como saliente Gramsci

Que todos os membros de um partido político devem ser considerados como intelectuais: eis uma afirmação que pode prestar-se a uma pilhéria; no entanto, se refletirmos, nada é mais exato. Deve-se fazer distinção de graus, um partido poderá ter maior ou menor composição do grau mais alto ou mais baixo; não é isso que importa: importa a função que é educativa e diretiva, isto é, intelectual (2024, p. 543).

O sindicato não pode, nesse sentido, ser sequestrado por uma opinião única e verticalizada da direção sindical, mas deve ser plural ao passo que é formado por uma pluralidade de pessoas que compõe a categoria de trabalhadores, mais plural ainda deve ser se pensarmos a nível de classe social. A classe trabalhadora, demasiadamente heterogênea, não pode ser dirigida desconsiderando essa pluralidade.

A luta ético-política não está circunscrita à apenas a categoria que determinado sindicato faz parte, mas deve extrapolar para as demais categorias, afinal, todas elas compõem a classe trabalhadora. As decisões, sejam elas pensadas a nível econômico-corporativo, sejam pensadas a nível ético-político precisam congrega diversas vozes e perspectivas, sendo o máximo horizontais possíveis.



Essa verticalização acaba por desestimular a mobilização, pois para um docente filiado “o sindicato é de jogo de cartas marcadas, ele faz uma mentirinha aqui, tenta uma mobilizadazinha [SIC] ali e vai dizendo que tá [SIC] conquistando coisas, mas é o que o governo quer, o sindicato tá [SIC] do lado do governo” (Docente Química). Ora, a não participação na construção da pauta, na estratégia de luta, na formação das bases e da direção, acaba por disseminar um sentimento de incompreensão das ações, ou dos limites das ações, do sindicato, ou disseminam rachas na própria categoria.

A fala do docente não filiado por apontar tal racha ao dizer que

Não vejo sentido no sindicato como ele é, no final das contas é só um povo querendo ganhar dinheiro todo mês sem fazer nada, a gente [professores e professoras] nunca vimos [SIC] um sindicato tão comprado quanto esse que aparece por aí, só faz baixar a cabeça para os desmandos do governo e aí faz vídeo no Instagram, então perde o sentido do sindicato em si (Docente Física).

Esta última fala parece se contrapor a uma fala anterior de um docente de Língua Inglesa que acredita que o sindicato dos professores e das professoras do estado de Pernambuco está mais combativo no governo de Raquel Lyra (PSD). O que é importante dessa fala do docente de física é o entendimento que o SINTEPE só faz o que o governo deseja, o que caracterizaria um movimento de volta ao peleguismo combatido durante a formação do sindicato.

Essa perspectiva é reforçada por uma docente que diz

O sindicato tem medo de botar a cara e brigar, é ruim com ele, mas é pior sem ele, até porque quando a gente vai recorrer a alguém tem que ser ao sindicato, né? Mas a ideia de uma luta política um confronto, não acontece, é muito mais baixar a cabeça para os desmandos do governo. (Docente Língua Portuguesa)

A ação sindical aponta para uma constante acomodação ao poder, à máquina estatal, rejeitando tanto a guerra de posição, quanto a guerra de movimento. Para Gramsci

A resistência passiva de Gandhi é uma guerra de posição, que em determinados momentos torna-se guerra de movimento e, em outros, guerra subterrânea: o boicote é guerra de posição, as greves são guerras de movimento, a preparação clandestina de armas e elementos combativos de assalto é guerra subterrânea. (2024, p. 151).

Não se trata de uma defesa da constância seja da guerra de posição, seja da guerra de movimento, pois alerta-nos o próprio Gramsci quando diz que

portanto, a tática dos arditi não pode ter, para certas classes, a mesma importância que para outras; para certas classes, faz-se necessária, porque apropriada, a guerra de movimento e de manobra, que, no caso da luta política, pode-se combinar com um útil e talvez indispensável uso da tática dos arditi. Mas fixar-se no modelo militar é tolice: a política deve, também aqui, ser superior à parte militar e só a política cria a possibilidade da manobra e do movimento. (2024, p. 150-151)



É nesse momento que se evidencia a importância da formação da classe trabalhadora, para que se decida qual tática mais apropriada para a ação, que se aponte onde é possível conciliar e, portanto, cabe uma guerra de posição, onde não é possível haver conciliação e faz-se fundamental uma guerra de movimento. A orientação política exige uma formação sólida e horizontal, assim a luta pode apontar para a superação das contradições atuais da sociedade capitalista.

O próprio Gramsci esclarece o que é necessário para que a disputa ocorra

1) um forte partido italiano, homogêneo e coerente; 2) que este partido tivesse um programa concreto e especificado; 3) que este programa fosse compartilhado pelas grandes massas populares (que na época só podiam ser agrícolas) e as educasse a se insurgir "simultaneamente" em todo o país (2024, p. 2039).

A superação das contradições do capitalismo não poderá levar a uma sociedade sem contradições, mas inauguraria uma sociedade de contradições de outro nível que não as de classe social. A luta sindical é caminho para uma libertação da classe trabalhadora, mas, para tal, exige que os trabalhadores e trabalhadoras se organizem e formem suas ferramentas na luta pela hegemonia.

O sindicato pode ser ferramenta de luta ou de conciliação, no entanto, quando se presta à conciliação ele trai os interesses da classe trabalhadora e adere aos interesses da burguesia, sendo um vetor do status quo, eis a face do transformismo, matando a capacidade organizativa da classe trabalhadora.

Não podemos afirmar, nem esse é o nosso intuito, que o SINTEPE é rejeitado ou criticado pela totalidade da categoria que representa, existem muitos professores e professoras que defendem o sindicato e lutam internamente para a sua democratização e para que o sindicato extrapole o nível econômico-corporativo. Por exemplo, na fala que segue

Eu visto a camisa mesmo, sou filiado e vejo que o sindicato perdeu força por que não tem mais tantos filiados, então como o sindicato vai negociar sem a unidade da categoria? Fica difícil. A luta é árdua, companheiro, mas a gente vai fazer o que é preciso, porque só a luta garante direitos (Docente Matemática).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A lente teórica gramsciana nos ajuda a compreender como a luta pela hegemonia agrega diversos sujeitos no movimento da história. O sindicato, juntamente com o partido político, é colocado pelo nosso autor com ferramentas de luta da classe trabalhadora pela hegemonia, no entanto a existência dessas ferramentas não garante a luta.

Nesses termos a categoria transformismo nos ajuda a compreender uma ação sindical pautada pela traição dos interesses da classe trabalhadora e atendimento de pautas burguesas. O presente trabalho buscou analisar o Sindicato dos Trabalhadores e das trabalhadoras em Educação de Pernambuco – SINTEPE por meio da fala de professores e professoras de rede, sejam eles filiados ou não filiados ao sindicato.



As falas apresentaram a contradição da realidade, com docentes defendendo o sindicato e outros docentes fazendo críticas ácidas. Como o nosso foco era na categoria de transformismo optamos por analisar majoritariamente as entrevistas que apresentavam críticas ao sindicato. Essa opção não buscou desqualificar o SINTEPE, ou apresentar uma perspectiva negativa do sindicato, mas buscou compreender à luz do aparato teórico de Gramsci o que essas críticas revelam sobre o sindicato.

Num contexto de precarização do trabalho docente (Da Silva, 2022) e de paradigma neoliberal os sindicatos são constantemente pressionados, sendo assim é fundamental promover um sindicalismo de formação, que busque formar a categoria para a luta, superando o nível econômico corporativo e inaugurando uma disputa no âmbito ético-político.

As resistências parciais realizadas pelo SINTEPE, como reforçam as falas dos/das docentes, apresenta um movimento de transformismo por parte do sindicato, uma vez que a luta até mesmo no âmbito econômico-corporativo passa a ser motivo de crítica tanto de filiados quanto de não filiados.

Nesse sentido, a desilusão dos docentes com o sindicato pode acarretar uma maior fragmentação da categoria e, com isso, maior sucateamento das condições de trabalho. Nesse cenário seria ainda mais difícil migrar para a luta no âmbito ético-político. Recordamos Dardot e Laval (2016) para quem o neoliberalismo conseguiu colocar o capitalismo como único horizonte possível.

O transformismo consiste exatamente em perder a capacidade de observar um horizonte de superação do capitalismo, pensando a luta da classe trabalhadora apenas como manutenção de direitos já conquistados ou aceitação da perda de alguns direitos, desde que outros, tidos como mais importantes, sejam mantidos.

Ora, se no neoliberalismo tudo é contrarreforma, uma vez que retira direitos em prol da “organização” das contas públicas converte direitos em mercadorias, pensar a luta sindical nesses termos é construir um sindicato de contrarreforma, afastando-se do debate de uma nova sociedade em que não existe mais a exploração do homem pelo homem.



REFERÊNCIAS

- ADORNO, T; HORKHEIMER, M. Dialética do Esclarecimento. São Paulo, Zahar, 1985.
- ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E. & GENTILI, P. (Orgs.). pós-neoliberalismo: as políticas sócias e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- CAVALCANTE, J. B. Sindicalismo docente: a luta dos professores da rede pública estadual no Recife no período da transição democrática. Dissertação (Mestrado em História), PPGH, UFPE, 2012.
- DA SILVA, A. M. A agenda pós-moderna na educação e o trabalho docente. Germinal: Marxismo E Educação Em Debate , v. 14, p. 11-18, 2022.
- DA SILVA, M. R. R. As Lutas Dos Professores Da Rede Pública Estadual Em Pernambuco: O Novo Sindicalismo E A Formação Do SINTEPE. Universidade Federal de Pernambuco, mestrado em educação, Recife, 2014.
- DARDOT, P. e LAVAL, C. A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal. 1ª edição, São Paulo, Boitempo, 2016.
- ENGELS, F. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra (segundo as observações do autor e fontes autênticas). São Paulo: Boitempo, 2010.
- GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere (livro eletrônico): obra completa. Tradução
- IGS-Brasil. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024.
- MARX, K. A luta entre o capital e o trabalho e seus resultados. In: AGUENA, Paulo (Org.). O marxismo e os sindicatos. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008.
- SAVIANI, D. Escola e Democracia. Campinas, São Paulo, Autores associados, 2018.